

A autoconvocação *Congresso* divide os parlamentares

Depois de falar ao telefone com Ulysses Guimarães, que se encontra em Paris, o presidente em exercício da Câmara, Maurício Campos, decidiu ontem que não tomará qualquer providência a respeito do requerimento de convocação do Congresso para exame dos vetos ao orçamento e ao salário mínimo sem antes ouvir todos os 18 líderes do partido. "Antes de segunda-feira não haverá qualquer decisão", determinou Campos. Ulysses apoiou a atitude — e acrescentou que quem estiver interessado na autoconvocação do Congresso que levante as assinaturas da maioria necessária: 249 deputados e 39 senadores.

Mesmo assim, o presidente em exercício do Senado, José Ignácio Ferreira, insiste na autoconvocação, sugerindo o período entre 25 de janeiro e 3 de fevereiro, já que, imagina ele, todos os parlamentares estariam de volta a Brasília na última semana de janeiro. Num ofício a Maurício Campos, José Ignácio argumenta que o Congresso não pode ficar à margem "do difícil momento que

o País está atravessando" e que, além dos vetos do presidente Sarney ao salário mínimo e ao orçamento de 1989, o Congresso deve estar atento às medidas econômicas prometidas pelo governo.

Campos, porém, está preocupado com os custos da autoconvocação que, por alto, é calculada em Cz\$ 5 bilhões pela diretoria-geral da Câmara. Além disso, haveria o problema de convocar os funcionários das duas Casas, a maioria em férias. Como exemplo desse transtorno, Campos lembrou a convocação no recesso de 1988 solicitada pelo senador Carlos Chiarelli. E nenhuma matéria foi votada.

José Ignácio não se deu por vencido: disse que bastará um ato da Mesa do Senado para determinar que não haverá pagamento adicional aos parlamentares no período da convocação. Para reforçar sua insistência, o senador diz que recebeu um ofício do deputado Hermes Zanetti sugerindo a autoconvocação — pedido já feito duas vezes por Carlos Chiarelli.